



Relatório de Disciplina de Mercado

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Montantes expressos em milhares de Meticals

Declaração das responsabilidades do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras anuais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRFs) que dêem uma imagem fiel da situação financeira do FNB Moçambique, S.A. ("o banco") no termo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, bem como dos seus resultados e fluxos de caixa do exercício e informações contidas no Relatório de Disciplina de Mercado.

Na preparação das demonstrações financeiras anuais e Relatório de Disciplina de Mercado, foram aplicadas políticas contabilísticas adequadas, foram feitas estimativas razoáveis e foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto que é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna. O Conselho de Administração aprova mudanças significativas nas políticas contabilísticas, no entanto, não houve alterações às políticas contabilísticas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

O Conselho de Administração se comprometa a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o Relatório de Disciplina de Mercado se refere.

Para permitir ao Conselho de Administração cumprir estas responsabilidades:

O Conselho de Administração é responsável pelo sistema de controlo interno do banco. Para possibilitar os administradores a cumprirem com estas responsabilidades, o Conselho de Administração estabeleceu as normas para o controlo interno por forma a reduzir o risco de erro ou perda de uma forma rentável. As normas incluem a delegação de responsabilidades dentro de um padrão claramente definido, procedimentos contabilísticos e uma adequada segregação de funções, por forma a assegurar um nível aceitável de risco. O foco da gestão de risco na empresa centra-se na identificação, avaliação, gestão e monitoria de todas as formas conhecidas de risco em todo o banco.

A função de auditoria interna do banco, que funciona de forma livre e independente da gestão operacional e tem acesso restrito ao Comité de Auditoria, análise, avalia e, quando necessário, recomenda melhorias nos sistemas de controlo interno e nas práticas contabilísticas, com base em planos de auditoria que levam em consideração os graus de risco relativo de cada função ou aspecto da actividade.

O Comité de Auditoria, juntamente com os auditores internos e externos, desempenha um papel abrangente em matérias relativas ao controlo financeiro e interno, às políticas contabilísticas, à prestação e divulgação de informações. Com base nas informações e explicações dadas pela administração do banco e pela auditoria interna, nada chegou ao conhecimento do Conselho de Administração para indicar que os controlos internos são insuficientes e que os registos financeiros não possam ser invocados na preparação das demonstrações financeiras anuais de acordo com as NIRFs e o Relatório de Disciplina de Mercado em conformidade do Aviso 19/GBM/2013 do Banco de Moçambique e manter a prestação de contas de activos e passivos do banco. Nada chegou ao conhecimento do Conselho de Administração a indicar qualquer falha no funcionamento dos controlos internos, resultando em uma perda material para o banco, durante o ano em análise.

Âmbito de aplicação

FNB Moçambique S.A. (banco) é uma banco criado em Moçambique e tem a sua sede situada na Avenida 25 de Setembro N° 420, em Maputo. O banco presta serviços no retalho, comércio e banca corporativa e outros serviços relacionados. O FNB Moçambique, S.A. iniciou a sua actividade em Maio de 2001, com o nome BDC - Banco de Desenvolvimento e Comércio, SARL. Em Julho de 2007, o FirstRand Moçambique Holdings, Lda adquiriu 80% das acções do BDC, passando a designar-se FNB Moçambique, S.A.

Estrutura de capital

Sendo Moçambique um mercado importante para a FirstRand Moçambique Holdings, Lda, em Outubro de 2007, adquiriu 9,99995% das acções que pertenciam ao Banco Efisa, aumentando desta forma a sua participação no capital para 89,99994%. sendo que o Sr. John Macaskill, quadro sénior do Grupo FirstRand adquiriu 0,00006% do remanescente das acções que pertenciam ao Banco Efisa. Em Julho de 2014, o FirstRand Investment Holdings Proprietary Limited adquiriu 0,00006% das acções do John Macaskill.

Ao longo de 2015 os accionistas do FNB Moçambique realizaram um aumento de capital traduzindo, deste modo, o compromisso dos accionistas em investir na expansão e modernização do banco para o fortalecimento da sua posição no mercado. O capital social do FNB aumentou em 498 milhões de Meticals para 1,975 milhões de Meticals em Setembro de 2015.

Acções ordinárias

19 575 469 (2014: 14 595 469) acções ordinárias de MT 100 cada, autorizadas e emitidas (sem acções não emitidas)

Accionista

FirstRand Moçambique Holdings (90,00% - 13.135.913 acções)
GCP - Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais (10,00% - 1.459.547 acções)
FirstRand Investment Holdings Proprietary Limited (0,00% - 9 acções)

	31-12-15	31-12-14
FirstRand Moçambique Holdings (90,00% - 13.135.913 acções)	1.761.791	1.313.591
GCP - Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais (10,00% - 1.459.547 acções)	195.755	145.955
FirstRand Investment Holdings Proprietary Limited (0,00% - 9 acções)	1	1
Total	1.957.547	1.459.547

Gestão do capital

Os objectivos do banco relativamente à gestão do capital (que é um conceito mais amplo do que os fundos próprios evidenciados no balanço), são:

- Cumprir com os requisitos de capital exigidos pelo banco de Moçambique, instituição responsável pela regulação do sector de actividade onde o banco opera;
- Salvaguardar a capacidade do banco em termos de continuidade das suas operações de forma que possa continuar a gerar resultados para os accionistas e benefícios aos restantes interessados, e
- Manter uma forte estrutura de capital que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

A adequação dos níveis de capital e a sua manutenção para efeitos reguladores é objecto de monitoria regular por parte da direcção do banco, utilizando esta, para o efeito, técnicas baseadas nas instruções recebidas do banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é partilhada com o banco Central numa base mensal. o banco Central requer que cada Banco ou Grupo financeiro:

- Mantenha um valor mínimo de capital regulamentar no montante de 70.000.000 de Meticals; e
- Mantenha um rácio de adequação do capital regulamentar igual ou superior a um mínimo de 8%.

O capital regulamentar do banco é apurado de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto nos Avisos n.ºs. 11/GBM/2013 até 16/GBM/2013 do banco de Moçambique. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de Base (TIER I) com os fundos próprios complementares (TIER II):

O quadro abaixo sumariza a decomposição do capital regulamentar e os rácios do banco para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014. Durante estes dois anos, o banco cumpriu integralmente com todos os requisitos a que esteve sujeito em termos do seu capital.

	31-12-15	31-12-14
Acções ordinárias	1,957,547	1,459,547
Reservas	108,918	82,249
Resultados transitados	151,125	-
Capital Tier 1	2,217,590	1,541,796
Activos intangíveis	(53,232)	(35,259)
Passivos subordinados	45,900	33,600
Excesso do limite de crédito	1,363	1,108
Outras deduções ao crédito	(471,829)	(178,931)
Capital regulamentar	(477,798)	(179,482)
Exposições registadas no balanço	9,679,996	7,660,229
Exposições não registadas no balanço	1,223,331	1,207,662
Risco operacional	123,520	91,271
Risco de Mercado	64,414	43,520
Total do risco ponderado dos activos	11,091,261	9,002,682
Rácio de solvabilidade	15,69%	15,13%

Risco de solvência

O capital e a manutenção de níveis adequados de reservas são evidência do compromisso dos accionistas em assegurar a continuidade das operações e a solvência do banco. O risco de solvência é medido pelo rácio de adequação de capital, o qual requer que o capital seja mantido em relação às classificações do risco ponderado do activo. O banco e os seus accionistas assumiram o compromisso de reter um capital suficiente para manter o rácio de adequação acima dos níveis exigidos pelo banco de Moçambique, o qual se encontra fixado em 8%. O rácio de solvabilidade do banco em 31 de Dezembro de 2015 era de 15,69% (2014: 15,13%).

Adequação de capital

O objectivo global de gestão do capital e processo de auto-avaliação da adequação do capital interno do FNB Moçambique é manter os rácios de capital e uma forte classificação de crédito. Estes objectivos devem garantir a confiança na solvência e qualidade do capital no banco durante os períodos de calma e de stress da economia e dos mercados financeiros, apesar de ainda disponibilizar um retorno adequado aos seus accionistas. Para o alcance deste objectivo, a FNB Moçambique procura:

- Estabelecer estruturas, políticas e procedimentos para a gestão eficaz da procura e fornecimento do capital;
- Criar e gerir uma carteira de negócios e seus riscos, através de:
 - Alocação de capital activo que apoia a estratégia do grupo e apetite de risco;
 - Optimização da combinação do capital dentro dos limites regulamentares e outros; e
 - Gestão activa da estrutura da sua base de capital para garantir que continue eficaz enquanto cria valor para os seus accionistas.

- Manter o capital suficiente para satisfazer:
 - Os requisitos regulamentares do capital;
 - Os requisitos do capital interno; e
 - O apetite de risco do Grupo.
- Operar em níveis de capital acima dos requisitos mínimos, a fim de explicar e suportar o impacto de um evento de esforço grave;
- Assegurar uma cobertura sustentável de dividendos com base em lucros normalizados sustentáveis, tendo em conta:
 - Lucros voláteis criados pela contabilização do valor justo (quando aplicável);
 - Lucros previstos sobre o capital empregado; e
 - Requisito de crescimento orgânico e uma margem de segurança para flutuações imprevistas nos planos de negócios.
- Avaliação de desempenho ajustado ao risco.

Objectivos e políticas de gestão do risco financeiro

As actividades do banco originam exposição a riscos de diversa ordem e exigem uma gestão profissional dos mesmos. As principais funções do banco em termos de gestão de risco consistem em identificar a totalidade dos riscos-chaves para o banco, mensurar esses riscos, gerir as posições de risco e determinar as alocações adequadas de capital. O banco revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco, assim como os sistemas implementados por forma a considerar alterações ocorridas no mercado, nos produtos e nas práticas de boa governação emergentes.

O objectivo do banco é o de atingir um equilíbrio permanente entre risco / retorno e minimizar os efeitos potencialmente adversos que possam afectar o seu desempenho financeiro. O banco define risco como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas ou a falta de obtenção de ganhos, as quais podem ser causadas por factores internos ou externos.

Uma gestão de riscos eficiente é crucial numa organização complexa como o banco. Uma cultura de gestão de risco robusta e sólida assegura que sejam tomadas decisões de negócio adequadas, por forma a equilibrar os diversos riscos inerentes a qualquer transacção ou recompensa. Um conhecimento e cumprimento da cultura de risco são parte integrante das actividades quotidianas do banco.

O Conselho de Administração do banco reconhece ser responsável, em última instância, por se justificar perante os accionistas relativamente:

- Ao processo de gestão de riscos e aos sistemas de controlo interno;
- À identificação, avaliação e gestão dos riscos significativos a que o banco se encontra exposto;
- A assegurar a existência e manutenção de um sistema de controlo interno adequado que permita reduzir a um nível aceitável os riscos significativos a que o banco se encontra exposto;
- A assegurar que existe um processo documentado e testado que permite ao banco continuar os seus processos comerciais críticos, mesmo em casos de ocorrência de incidentes que tenham impacto nas actividades por si desenvolvidas; e
- A rever o sistema de controlo interno quanto à sua efectividade e eficiência.

A Administração define, por escrito, as principais políticas de gestão de risco, assim como políticas que visam cobrir áreas específicas, tais como risco cambial, risco de taxas de juro, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivados e não derivados. Adicionalmente, a função de auditoria interna é responsável pela revisão independente da gestão de riscos e dos controlos implementados.

Os principais tipos de risco a que o banco se encontra exposto são o risco de crédito, o risco de liquidez, o risco de mercado e o risco operacional.

Estas notas apresentam a exposição do banco face a tipos de riscos abaixo indicados, os objectivos do banco, políticas, processos para mensuração e gestão dos referidos riscos.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco que o banco tem de sofrer perdas financeiras, se um dos seus clientes ou uma outra entidade não cumprir com as suas obrigações. O risco de crédito provém essencialmente dos empréstimos comerciais e de consumo, adiantamentos, cartões de crédito e outros compromissos relacionados com tais actividades, como os derivados do crédito, garantias bancárias, cartas de crédito, endossos e avales.

Sendo o risco de crédito o maior risco do banco, a direcção gere a sua exposição cuidadosamente. A gestão e o controlo do risco de crédito são supervisionados por uma equipa de gestão de risco de crédito, que reporta à Administração e aos responsáveis de cada área. o banco gere as carteiras de crédito com especial atenção às interações entre as várias equipas envolvidas na gestão do risco. Estas acções melhoraram com a adopção de procedimentos contínuos, termos de metodologias e ferramentas para a avaliação e controlo dos riscos, a reforma dos procedimentos do departamento de crédito e a introdução de técnicas desenvolvidas pelo Grupo FirstRand.



Relatório de Disciplina de Mercado

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Montantes expressos em milhares de Meticals

Gestão do risco de crédito

Empréstimos e adiantamentos (incluindo empréstimos acordados e garantias)

A estimativa de exposição de crédito é complexa e requer o uso de modelos, uma vez que o valor de um produto varia em função das mudanças das variáveis do mercado, fluxos de caixa esperados e a passagem do tempo. A avaliação de risco de crédito de uma carteira de activos implica posteriores estimativas sobre a probabilidade de falhas que possam ocorrer das taxas de perda associadas e falhas na correlação entre as contrapartes.

O banco desenvolveu um modelo de apoio à quantificação do risco de crédito. Este modelo de avaliação e pontuação está em uso para todas as carteiras de crédito e forma a base para mensuração dos padrões de riscos. Ao mensurar os riscos de crédito dos empréstimos e adiantamentos a nível da contraparte, o banco considera três componentes:

- A "probabilidade de incumprimento" por parte do cliente ou contraparte das suas obrigações contratuais;
- A exposição actual da contraparte e o seu provável futuro desenvolvimento, do qual deriva "a exposição ao incumprimento" que poderá afectar o banco; e
- A taxa provável de recuperação das obrigações em mora ("loss given default").

O modelo é revisto regularmente, de modo a monitorar a sua robustez em relação ao desempenho actual e é alterado, quando necessário, conforme necessário para otimizar a sua eficácia.

(i) Probabilidade de incumprimento (PD)

A probabilidade de incumprimento é definida como sendo a probabilidade de incumprimento por contraparte, de qualquer uma das suas obrigações durante o próximo ano e é uma forma de avaliação da capacidade e vontade da contraparte em reembolsar os empréstimos contraídos. O incumprimento neste contexto é definido em duas dimensões:

- Derivado do tempo: a contraparte está em mora de pelo menos uma prestação ou regularização do seu saldo em descoberto; e
- Derivado de um evento: o banco tem razão para acreditar que o empréstimo não será recuperado na sua totalidade, e classifica-o como tal (inclui a perda do capital ou juros, bem como a reestruturação das prestações que resultam numa perda para o banco).

O banco aplica esta definição de incumprimento de forma consistente em todas as carteiras de crédito bem como no reconhecimento de empréstimos em mora (non-performing loans) para fins contabilísticos.

(ii) Exposição ao incumprimento (EAD)

A exposição ao incumprimento (EAD) de um determinado empréstimo é definida como sendo a exposição esperada a que o banco pode estar sujeito, em caso de incumprimento no pagamento dos empréstimos pela contraparte no ano seguinte. Reflecte os compromissos assumidos e as facilidades concedidas pelo banco, que não foram pagas e que podem ser diluídas durante o período de tempo em análise (exposições não reconhecidas no balanço). Também mensura a exposição potencial face à posição dos derivados.

O banco adoptou um modelo EAD adaptado às respectivas carteiras e aos produtos utilizados. Estes foram desenvolvidos internamente e são revistos em função da informação história dos incumprimentos.

(iii) Perdas derivadas do incumprimento (LGD)

A perda derivada de um incumprimento é a terceira maior componente de risco de crédito estimado pelo banco em função do seu modelo interno. É definida como sendo uma perda económica que se espera que o banco venha a sofrer, num determinado empréstimo, devido ao incumprimento da contraparte, e é normalmente expresso como sendo uma percentagem do valor de exposição em pendente na altura do incumprimento.

Na maioria das carteiras, o LGD depende do tipo, qualidade, e nível de subordinação e o valor da garantia em poder do banco em comparação com o nível de exposição total, bem como a efectividade do processo de recuperação e o período do fluxo de caixa recebido durante o trabalho ou processo de reestruturação.

Os modelos de avaliação do LGD desenvolvidos internamente são utilizados para avaliação das carteiras de crédito e são revistos em função das experiências internas e externas.

Mecanismos de controlo do limite de risco de crédito e políticas de mitigação

O banco gere os limites e controla as concentrações de risco de crédito onde quer que estejam identificados (em particular, a contrapartes individuais e grupos, e às indústrias). O banco estrutura os níveis de risco de crédito aceitáveis estabelecendo limites no valor do risco aceite, em relação ao cliente ou grupo de clientes que contraem empréstimos e também em função dos segmentos industriais e geográficos. Estes riscos são supervisionados numa base periódica e sujeitos a uma revisão anual ou em período inferiores, quando necessário. Os limites no nível de risco de crédito por produto e sector industrial são reportados ao Conselho de Administração, trimestralmente. Qualquer ajuste a estes limites é efectuado e aprovado individualmente.

A exposição de qualquer cliente, incluindo bancos e correctores, é restringida pelos sub-limites que cobrem os riscos reconhecidos e não reconhecidos, no balanço e os limites diários de risco em relação a itens de negociação, tais como contratos cambiais a termo (forwards). A exposição actual contra os limites é supervisionada diariamente. A exposição ao risco de crédito é periodicamente gerida através da análise da capacidade

dos clientes de liquidar as prestações mensais em dívida, e alterando os limites do empréstimo quando necessário.

Os limites de crédito são revistos em função da evolução das condições económicas, de mercado, análises de crédito e avaliações periódicas da probabilidade de incumprimento.

Alguns controlos específicos e medidas de mitigação são descritos abaixo:

(a) Garantias

O banco implanta diversas políticas e práticas para reduzir o risco de crédito. A mais tradicional delas é a obtenção de garantias sobre os empréstimos concedidos, que é uma prática comum. O banco implementou orientações sobre a aceitabilidade das classes específicas de garantia suplementares ou de redução de risco de crédito.

Os principais tipos de garantia para empréstimos e adiantamentos são:

- Hipototecas sobre imóveis;
- Penhor sobre os bens comerciais, como propriedade, inventário e contas a receber;
- Penhor sobre instrumentos financeiros, tais como títulos de dívida e capital, e
- Garantias dos accionistas (de empresa ou pessoais).

Por norma são obtidas garantias para financiamentos de longo prazo e para financiamentos concedidos a empresas. Constitui procedimento regular a exigência de garantias aquando da concessão de créditos a particulares. Adicionalmente, de modo a minimizar o risco de perda de crédito, o banco procurará obter garantias adicionais da contraparte, logo que sejam conhecidos indicadores de imparidade sobre empréstimos e adiantamentos relevantes concedidos a particulares.

(b) Compromissos relacionados com o crédito

O principal objectivo deste tipo de instrumentos é o de garantir a disponibilidade de fundos para determinado cliente quando este deles necessita. O banco atribui às

garantias concedidas e cartas de crédito o mesmo risco de crédito que atribui aos financiamentos. Os créditos documentários e as cartas de crédito, que representam compromissos escritos assumidos pelo banco em nome de um cliente, autorizando uma terceira entidade a obter fundos do banco até um valor previamente estipulado mediante termos e condições específicas, são garantidos pelo valor dos bens adquiridos a que respeitam os pagamentos e, consequentemente, apresentam um grau de risco menor do que o atribuído a um financiamento directo.

Compromissos para extensão de crédito representam parcelas não utilizadas de autorizações para extensão de crédito sob a forma de empréstimos, garantias ou cartas de crédito. No que se refere ao risco de crédito relacionado com os compromissos para aumentar o crédito, o banco está potencialmente exposto a uma perda de um montante igual ao total dos compromissos não utilizados. Todavia, o montante provável de perda é menor do que o total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos para aumentar crédito está sujeita à manutenção, pelos clientes dos padrões de crédito específicos (referida muitas vezes como compromissos financeiros). O banco supervisiona o período de maturidade dos compromissos de crédito, uma vez que os créditos a médio ou longo prazo apresentam um nível de risco maior que os de curto prazo.

Qualidade do crédito

(a) Empréstimos e adiantamentos vencidos, mas não em imparidade (montantes brutos)

Os adiantamentos são considerados vencidos quando não foi cumprida a data específica acordada para a sua amortização ou quando não tiverem sido pagas as prestações regulares previstas para a sua amortização. Um empréstimo a pagar à vista é classificado como vencido quando uma cobrança, apesar de efectuada, não é feita de acordo com os requisitos que haviam sido estabelecidos para o efeito. A análise por idade dos créditos, das exposições classificadas como vencidas à data de 31 de Dezembro é apresentada no quadro a seguir:

31 de Dezembro de 2015	Nem vencidos nem com imparidade	Vencido mas não em imparidade			Em imparidade	Total
		1 - 30 dias	31 - 60 dias	> 60 dias		
Antiguidade de crédito						
Empresas	5,343,287	153,851	44,315	38,457	161,062	5,740,972
Retalho	2,006,537	19,676	27,379	61,125	104,030	2,218,747
Total	7,349,824	173,527	71,694	99,582	265,092	7,959,719

31 de Dezembro de 2014	Nem vencidos nem com imparidade	Vencido mas não em imparidade			Em imparidade	Total
		1 - 30 dias	31 - 60 dias	> 60 dias		
Antiguidade de crédito						
Empresas	4,402,889	66,610	105,208	5,978	129,927	4,710,612
Retalho	1,591,280	46,736	8,274	17,959	50,695	1,714,944
Total	5,994,169	113,346	113,482	23,937	180,622	6,425,556

Aquando do reconhecimento inicial dos empréstimos e adiantamentos, o justo valor da garantia é calculada com base em técnicas de avaliação comumente utilizadas para os activos correspondentes. Em períodos subsequentes, o justo valor é avaliado tendo como referência os preços de mercado ou índices dos activos similares.

(b) Empréstimos e adiantamentos com imparidade individual

O valor bruto dos clientes com imparidade individual, no total da carteira de crédito do banco, e o montante de colaterais que o banco possui para minimizar o risco de crédito dos mesmos clientes, encontra-se abaixo indicado:

	31-12-15	31-12-14
Valor bruto	7,959,719	6,425,556
Empréstimos com imparidade individual	576,760	156,599
Justo valor das garantias	1,230,400	210,740

(c) Empréstimos e adiantamentos renegociados

As actividades de reestruturação incluem reescalamento das prestações a pagar, aprovação de planos de gestão externos, alteração e diferimentos de pagamentos. As políticas e práticas de reestruturação são baseadas em indicadores e critérios que indicam que os pagamentos irão ser realizados. Estas políticas são periodicamente revistas. As reestruturações dos créditos ocorrem normalmente com os créditos a prazo.

O montante dos empréstimos renegociados e mantidos pelo banco à data de 31 de Dezembro de 2015 que se encontravam vencidos ou que apresentavam indícios de imparidade, ascendia a 229.364 milhares de Meticals (2014: 93.006 milhares de Meticals).

Políticas de provisão e imparidade

O banco estabelece uma provisão para perdas por imparidade que representa a sua estimativa de perdas na sua carteira de crédito. Os principais componentes desta provisão são as perdas específicas relacionadas com o risco de crédito específico e a provisão para grupo homogéneo de créditos, nas situações em que as perdas tenham sido incorridas e não identificadas na avaliação individual.

As provisões para imparidade são reconhecidas para efeitos de relato, apenas quando incorridas na data de relato e exista uma evidência efectiva de imparidade, que é determinada



Relatório de Disciplina de Mercado

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Montantes expressos em milhares de Meticals

com base nos seguintes critérios definidos pelo banco:

- Incumprimento contratual no pagamento do capital ou juros;
- Evidência de dificuldades de tesouraria por parte do cliente (ex: Rácio de solvabilidade; resultados líquidos sobre as vendas);
- Quebra dos termos do contracto;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do cliente;
- Deterioração do justo valor da garantia; e
- Descida para um nível abaixo do elegível para concessão de um empréstimo.

As normas do banco exigem a revisão anual dos activos financeiros individuais que estejam acima do limiar de materialidade e com antiguidade superior a 90 dias, em períodos inferiores, sempre que se justifique. O cálculo da imparidade das contas individuais é determinado com base na avaliação das perdas à data do relato. São determinados individualmente, caso a caso. Nestas avaliações são consideradas as garantias em posse do banco e as receitas previstas da conta individual.

As provisões de imparidade colectivas são constituídas para:

- As carteiras de activos homogéneos que individualmente encontram-se abaixo do nível de materialidade; e
- As perdas incorridas, mas que ainda não foram identificadas com base na informação histórica disponível, o julgamento técnico e técnicas estatísticas.

Exposição máxima do risco de crédito antes da garantia ou outras melhorias de crédito

Exposição ao risco de crédito relativo a activos reconhecidos no balanço são os seguintes:

Exposição ao risco de crédito relativo a activos reconhecidos no balanço são os seguintes:

	31-12-15	31-12-14
Caixa e equivalentes de caixa	2,007,073	1,874,779
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	2,090,578	1,657,412
Créditos a clientes	7,702,338	6,244,934
Contas a receber	35,972	26,401
Total	11,835,961	9,803,526

Exposição ao risco de crédito relativo a itens não reconhecidos no balanço são os seguintes:

	31-12-15	31-12-14
Garantias prestadas	970,262	1,089,886
Linhas de crédito não utilizadas	1,505,821	1,303,234
Cartas de crédito	192,836	65,646
Total	2,668,919	2,458,766

Os quadros acima representam o pior cenário de exposição do banco em termos de risco de crédito à data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, não tendo sido considerado o justo valor das garantias ou colaterais obtidos. Relativamente aos activos reconhecidos no Balanço, a exposição acima apresentada é feita com base no valor líquido contabilístico registado.

A Administração está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e manter, ao nível mínimo para o banco, a exposição ao risco de crédito que resulte da carteira de empréstimos e adiantamentos efectuados. Esta posição consubstancia-se no facto de o banco ter introduzido um processo de selecção mais rigoroso sobre a concessão de empréstimos e adiantamentos.

Risco de mercado

O banco assume a exposição ao risco de mercado. O risco de mercado é decorrente da possibilidade de acontecer perdas mediante movimentos desfavoráveis no mercado. É o risco de perder dinheiro resultante da mudança ocorrida no valor percebido de um instrumento. Verifica-se a existência de risco de mercado em instrumentos como sejam acções, fundos, papel comercial, obrigações, tomadas / cedências, operações cambiais à vista e a prazo, derivados sobre taxa de juro, sobre taxa de câmbio, sobre acções / índices, sobre mercadorias e de crédito. A exposição a este tipo de risco é assim transversal às diversas categorias: preço, taxa de juro, taxa de câmbio, volatilidade e mercadorias. O banco separa a exposição ao risco em duas categorias: comercial e não comercial.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCCO). O Conselho de Administração é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço, bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez. As carteiras de crédito comercial incluem as posições resultantes de transacções de mercado no qual o banco actua como elemento fundamental em relação ao cliente e ao mercado. As carteiras não comerciais relacionam-se com a gestão da taxa de juro de activos, de passivos de entidades bancárias. Carteiras não comerciais também incorporam os riscos cambiais e de capital decorrentes dos investimentos detidos até à maturidade e os disponíveis para a venda.

Risco cambial

O risco cambial é o risco de o valor de um instrumento flutuar em virtude da variação das taxas de câmbio.

O banco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações das principais taxas de câmbio ao nível da sua posição financeira e dos seus fluxos de caixa. O Conselho de Administração estabeleceu limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, tanto para as posições "overnight" como diurnas, as quais são monitoradas numa base diária. O quadro abaixo resume a exposição do banco em termos de risco cambial, por moeda, à data de 31 de Dezembro 2015. Estão inclusos na tabela, os instrumentos financeiros do banco sobre os valores contábeis, que encontram-se categorizados por moeda.

	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
Activo						
Caixa e equivalentes de caixa	939,078	116,516	93,555	21,996	1,346,913	2,518,058
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	14,348	14,348
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	-	-	-	-	2,090,578	2,090,578
Créditos e adiantamentos a clientes	206,232	-	19	-	7,496,087	7,702,338
Contas a receber	5,551	-	296	-	68,561	74,408
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	76,839	76,839
Activos tangíveis	-	-	-	-	665,543	665,543
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	8,071	8,071
Activos intangíveis	-	-	-	-	53,232	53,232
Total do activo	1,150,861	116,516	93,870	21,996	11,820,172	13,203,415

	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
Passivo						
Depósitos e contas correntes	1,131,521	126,477	125,523	-	8,948,394	10,331,915
Credores e acréscimos de custos	26,571	-	31,591	21,996	210,983	291,141
Provisões	-	-	-	-	35,272	35,272
Passivos subordinados	45,900	-	-	-	-	45,900
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	12,183	12,183
Total do passivo	1,203,992	126,477	157,114	21,996	9,206,832	10,716,411

Capitais próprios

Capital social	-	-	-	-	1,957,547	1,957,547
Reservas	-	-	-	-	136,249	136,249
Resultados transitados	-	-	-	-	393,208	393,208
Total de capitais próprios	-	-	-	-	2,487,004	2,487,004

Exposição líquida - 31 de Dezembro de 2015

(53,131)	(9,961)	(63,244)	-	126,336	-
-----------------	----------------	-----------------	----------	----------------	----------

Exposição líquida - 31 de Dezembro de 2014

(5,042)	4,361	(323)	-	1,004	-
----------------	--------------	--------------	----------	--------------	----------

	USD	EUR	ZAR	GBP	MT	TOTAL
Extrapatrimoniais						
Garantias	583,422	397	-	-	386,443	970,262
Cartas de crédito	127,452	51,699	13,685	-	-	192,836
Total	710,874	52,096	13,685	-	386,443	1,163,098
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	657,743	42,135	(49,559)	-	512,779	1,163,098
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	811,705	12,066	11,068	-	320,693	1,155,532

Risco Operacional

O Risco operacional resulta, essencialmente, de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, por comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização tais como legais e regulamentares.

Diferentemente de outros tipos de risco, o risco operacional é um risco que não é assumido deliberadamente durante a actividade. Existe em graus variados, em todas as actividades organizacionais. As principais fontes desse risco incluem:

- Fraude;
- Cumprimento dos regulamentos;
- Recrutamento;
- Formação e retenção de talento;
- Confiança nos processos operacionais;
- Segurança dos sistemas de informação;
- Subcontratação de operações;
- Dependência em fornecedores chave;
- Implementação de mudanças estratégicas;
- Erro humano;
- Qualidade dos serviços; e
- Impacto social e ambiental.



Relatório de Disciplina de Mercado

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Montantes expressos em milhares de Meticals

O risco operacional pode ser dividido entre frequência elevada / severidade baixa, isto é, eventos que podem ocorrer de forma regular mas que expõem o banco a um baixo nível de perdas; e baixa frequência / alta severidade, que constituem eventos que são por norma raros, mas que a sucederem podem acarretar perdas significativas para a organização.

O banco esforça-se por reduzir estes riscos através da manutenção de uma estrutura empresarial e de sistemas de controlo interno fortes, complementados por um sistema de valor saudável. A direcção é responsável pela introdução e manutenção de processos e procedimentos operacionais eficientes, encontrando-se estes documentados em diversos manuais, os quais são objecto de revisão periódica por forma a contemplar alguma necessidade de mudança. O departamento de Auditoria Interna revê a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias à gestão sempre que tal seja aplicável.

A responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação dos controlos que permitem mitigar o risco operacional é dos gestores seniores de cada unidade de negócio. Esta responsabilidade é suportada por procedimentos formais e informais, tais como:

- Segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Reconciliação e monitoramento de transacções;
- Cumprimento de requisitos legais e regulamentares;
- Documentação de controlos e procedimentos;
- Verificação periódica dos riscos operacionais e adequação dos controlos e procedimentos de mitigação dos riscos;
- Reporte regular das operações financeiras e operacionais e proposta de desenvolvimento do plano de contingências;
- Formação e desenvolvimento profissional; e
- Implementação de normas sobre ética.

Participações Patrimoniais

	31-12-15	31-12-14
Activos financeiros disponíveis-para-venda		
Títulos de investimento - Participações financeiras não cotadas	14,348	8,713

O saldo desta rubrica é decomposto como segue:

Investimento de 13.260 milhares de Meticals (7.508 milhares de Meticals em 2014) relativo a 2,45% do capital da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO). Esta participação está relacionada com a licença da SIMO que presta vários serviços ao mercado interbancário. O investimento está valorizado ao método do custo uma vez que não é possível determinar o justo valor de forma fiável.

Investimento de 1.088 milhares de Meticals referente a 19,86% (constituído por 49 900 acções) na Sociedade InterBancos, S.A. A Sociedade InterBancos é a entidade que gere a rede interbancária "Ponto24" em Moçambique que disponibiliza serviços através do cartão "Ponto24" ou VISA em terminais ATM e POS, assim como por Internet "NET.24" e telemóvel "MOBILE.24". O investimento está valorizado ao método do custo uma vez que não é possível determinar o justo valor de forma fiável.

Investimento de 0.117 milhares de Meticals adquirido em 2014, representado por 1 acção, na Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Globais (SWIFT) é uma sociedade cooperativa internacional, com sede em Bruxelas, com o objectivo de criar um canal de comunicação global entre seus participantes, bem como padronizar transacções financeiras internacionais.

Títulos de investimento - Participações financeiras não cotadas	14,348	8,713
Saldo de abertura em 1 de Janeiro	8,713	8,596
Compra de títulos	-	117
Conversão de empréstimo para investimento	5,635	-
Movimento do justo valor	-	-

Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juro é o risco de que os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro fluem em virtude de alterações das taxas de juro praticadas ao nível do mercado. O risco do justo valor das taxas de juro é o risco de que o valor de um determinado instrumento financeiro se altere devido a variações nas taxas de juro do mercado. O banco encontra-se exposto ao risco dos efeitos das variações que ocorram aos vários níveis do mercado das taxas de juro, em termos de justo valor e de fluxos de caixa. As margens de juro podem sofrer aumentos como consequência desse tipo de flutuações mas pode também ter como consequência uma redução das perdas no caso de ocorrência de movimentos inesperados. O Conselho de Administração estabeleceu limites relativos aos níveis de alteração das taxas de juro permitidos, sendo estes monitorados de forma regular pelo Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCCO).

O quadro abaixo resume o grau de exposição do banco aos riscos da taxa de juro. Inclui instrumentos financeiros do banco em valores contabilísticos, categorizados pelo anterior de repactuação contratual ou datas de vencimento.

Um ambiente de taxas de juros decrescentes pode representar um risco significativo para a margem financeira do banco, sendo que uma descida de 200bp nas taxas de juros poderia causar uma redução de 17% (130.1 milhares de Meticals) na receita líquida de

juros (115.2 milhares de Meticals em 2014). Um aumento de 200bp nas taxas de juros poderia causar um acréscimo de 17% (130.1 milhares de Meticals) na receita líquida de juros (115.2 milhares de Meticals de 2014).

Análise da maturidade dos activos e passivos com base no valor presente dos pagamentos futuros:

31 de Dezembro de 2015	Prazo até vencimento					Total
	Até 1 mes	1 - 3 meses	3 - 12 meses	Acima de 1 ano	Sem juros	
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	877,971	-	-	-	1,640,087	2,518,058
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	14,348	14,348
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	355,935	499,400	878,243	357,000	-	2,090,578
Créditos a clientes	2,549,011	160,203	373,514	4,619,610	-	7,702,338
Contas a receber	-	-	-	-	74,408	74,408
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	76,839	76,839
Activos tangíveis	-	-	-	-	665,543	665,543
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	8,071	8,071
Activos intangíveis	-	-	-	-	53,232	53,232
Total do activo	3,782,917	659,603	1,251,757	4,976,610	2,532,528	13,203,415
Passivos						
Depósitos e contas correntes	6,161,514	1,194,720	2,975,681	-	-	10,331,915
Credores e acréscimos de custos	-	-	-	-	291,141	291,141
Provisões	-	-	-	-	35,272	35,272
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	12,183	12,183
Passivos subordinados	-	-	-	45,900	-	45,900
Total do passivo	6,161,514	1,194,720	2,975,681	45,900	338,596	10,716,411
Exposição líquida - 31 de Dezembro de 2015	(2,378,597)	(535,117)	(1,723,924)	4,930,710	2,193,932	2,487,004

Análise da maturidade dos activos e passivos com base no valor presente dos pagamentos futuros

31 de Dezembro de 2014	Prazo até vencimento					Total
	Até 1 mes	1 - 3 meses	3 - 12 meses	Acima de 1 ano	Sem juros	
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	603,163	-	-	-	1,760,599	2,363,762
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	8,713	8,713
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	52,990	432,088	789,726	382,608	-	1,657,412
Créditos a clientes	2,174,199	12,664	205,250	3,852,821	-	6,244,934
Contas a receber	-	-	-	-	49,141	49,141
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	28,589	28,589
Activos tangíveis	-	-	-	-	356,711	356,711
Activos por impostos diferidos	-	-	-	-	2,247	2,247
Activos intangíveis	-	-	-	-	35,259	35,259
Total do activo	2,830,352	444,752	994,976	4,235,429	2,241,259	10,746,768
Passivos						
Depósitos e contas correntes	5,486,187	694,720	2,475,681	-	-	8,656,588
Credores e acréscimos de custos	-	-	-	-	271,808	271,808
Provisões	-	-	-	-	25,329	25,329
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-
Passivos subordinados	-	-	-	33,600	-	33,600
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	12,522	12,522
Total do passivo	5,486,187	694,720	2,475,681	33,600	309,659	8,999,847
Exposição líquida - 31 de Dezembro de 2014	(2,655,835)	(249,968)	(1,480,705)	4,201,829	1,931,600	1,746,921

Risco de Liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco de o banco ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade do banco alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor para fazer face a um compromisso. Em situações extremas, a falta de liquidez pode resultar na redução do balanço e alienação de activos, ou potencialmente na incapacidade de cumprir com a concessão de empréstimos acordados. O risco de que o banco não tenha condições de fazer é inerente em todas as operações bancárias e isso pode ser afectado por uma série de eventos de instituições específicas e do mercado, incluindo, mas não limitado a, eventos de crédito, actividade de fusão e aquisição, choques sistémicos e desastres naturais.



Relatório de Disciplina de Mercado

para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

Montantes expressos em milhares de Meticals

Avaliação e gestão do risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez é efectuada de forma centralizada para todas as moedas. Nestas condições, quer as necessidades de financiamento, quer os eventuais excessos de liquidez são ultrapassados por via de operações concretizadas com a empresa mãe e com as instituições de crédito inscritas no sistema de operações de mercado junto do Banco de Moçambique. A gestão da liquidez é efectuada pela equipa do departamento de tesouraria do banco, a quem cabe a responsabilidade de gerir o esforço de acesso aos mercados, assegurando a conformidade dos limites de liquidez definidos a nível orçamental. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios, que possibilitam a cobertura dos mesmos. Em 31 de Dezembro de 2015, o Rácio de Liquidez era de 117% (2014: 115.8%). Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Moçambique.

Activos detidos para gestão do risco de liquidez

Os activos disponíveis destinados à cobertura dos passivos e cobertura dos compromissos de empréstimos assumidos incluem os valores em numerário, depósitos junto ao banco Central, itens relacionados com as cobranças e outros elegíveis, empréstimos e adiantamentos aos bancos e aos clientes. No decurso normal dos negócios, a proporção dos empréstimos a clientes, contratualmente reembolsáveis no prazo de um ano será alargado. Adicionalmente, alguns títulos de tesouraria e outras facturas foram utilizados para cobrir determinados passivos. o banco pode ultrapassar situações de falta de liquidez com a venda de títulos de tesouraria ou com a obtenção de empréstimos.

Os quadros abaixo indicam a situação de liquidez total do banco, tal como apresentada à direcção, numa base de fluxo de caixa descontado.

Até 31 de Dezembro de 2015	Até 1 mes	1 - 3 meses	3 - 12 meses	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Activos não líquidos	Total
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	1,640,087	-	877,971	-	-	-	2,518,058
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	-	-	14,348	14,348
Activos financeiros detidos-até-à-maturidade	355,935	499,400	878,243	357,000	-	-	2,090,578
Créditos a clientes	2,551,722	160,203	373,514	2,578,353	2,038,546	-	7,702,338
Contas a receber	-	-	-	37,663	-	36,745	74,408
Activos por impostos correntes	-	-	76,839	-	-	-	76,839
Activos tangíveis	-	-	-	665,543	-	-	665,543
Activos por impostos diferidos	-	-	-	8,071	-	-	8,071
Activos intangíveis	-	-	-	53,232	-	-	53,232
	4,547,744	659,603	2,206,567	3,699,862	2,038,546	51,093	13,203,415

Até 31 de Dezembro de 2015	Até 1 mes	1 - 3 meses	3 - 12 meses	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Passivos não financeiros	Total
Total dos capitais próprios e passivo							
Depósitos e contas correntes	6,161,514	1,194,720	2,975,681	-	-	-	10,331,915
Cretores e acréscimos de custos	-	174,387	-	-	-	116,754	291,141
Provisões	-	-	-	-	-	35,272	35,272
Passivos subordinados	-	-	-	45,900	-	-	45,900
Passivos por impostos corrente	-	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	12,183	-	-	12,183
Total de capitais próprios	6,161,514	1,369,107	2,975,681	58,083	-	2,487,004	2,487,004
Varição líquida - 31 de Dezembro de 2015	(1,613,770)	(709,504)	(769,114)	3,641,779	2,038,546	(2,587,937)	-
Varição líquida - 31 de Dezembro de 2014	(1,498,399)	(154,870)	(1,477,445)	3,105,841	1,740,341	(1,715,468)	-

Itens não reconhecidos no Balanço

(a) Garantias bancárias

Os compromissos de empréstimos assumidos pelo banco perante os seus clientes e os montantes contratualmente envolvidos encontram-se divulgados no quadro abaixo.

(b) Outros compromissos de crédito

Informações sobre outros compromissos de crédito encontram-se divulgados no quadro abaixo.

(c) Obrigações do leasing operacional

Nas situações em que o banco é locatário, os pagamentos mínimos, dos contratos que não poderão ser cancelados, encontram-se divulgados no quadro abaixo.

Quando o banco é o locatário, os futuros pagamentos mínimos da locação segundo locações operacionais não canceláveis estão resumidas na tabela abaixo.

Até 31 de Dezembro de 2015	Inferior a 1 ano	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Garantias	970,262	-	-	970,262
Cartas de crédito	192,836	-	-	192,836
Linhas de crédito não utilizadas	1,505,821	-	-	1,505,821
Compromissos relativos a locação operacional	75,838	359,587	-	435,425
Despesas de capital	31,821	-	-	31,821
	2,776,578	359,587	-	3,136,165

Até 31 de Dezembro de 2014	Inferior a 1 ano	1 - 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Garantias	1,089,886	-	-	1,089,886
Cartas de crédito	65,646	-	-	65,646
Linhas de crédito não utilizadas	1,303,234	-	-	1,303,234
Compromissos relativos a locação operacional	54,635	218,540	-	273,175
Despesas de capital	246,004	-	-	246,004
	2,759,405	218,540	-	2,977,945